

1ª QUESTÃO**MÚLTIPLA ESCOLHA**

9,000 pontos distribuídos em 50 itens

Marque no cartão de respostas, anexo, a única alternativa que responde de maneira correta ao pedido de cada item.

DIREITO

01. Analise as afirmativas abaixo sobre as atribuições da Justiça Militar Estadual previstas na Constituição Federal do Brasil de 1988 e, a seguir, assinale a alternativa correta.

- I.** Compete à Justiça Militar Estadual processar e julgar os militares dos estados, nos crimes militares definidos em lei, e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.
- II.** A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar Estadual, constituída, em primeiro grau, pelos juízes de direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos estados em que o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes.
- III.** São órgãos da Justiça Militar os Tribunais e os Juízes Militares instituídos por lei.
- IV.** Compete aos Juízes de Direito do juízo Militar processar e julgar, singularmente, os crimes militares cometidos contra civis e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, cabendo ao Conselho de Justiça, sob a presidência de Juiz de Direito, processar e julgar os demais crimes militares.

- (A) Somente I e II estão corretas.
- (B) Somente II e IV estão corretas.
- (C) Somente I, II e III estão corretas.
- (D) Somente I, II e IV estão corretas.
- (E) Somente II, III e IV estão corretas.

02. Analise as afirmativas abaixo sobre o processo legislativo previsto na Constituição Federal do Brasil de 1988 e, a seguir, assinale a alternativa correta.

- I.** Não pode ser objeto de deliberação, a proposta de emenda tendente a abolir a separação dos poderes.
- II.** As leis que fixam ou modificam os efetivos das Forças Armadas são de iniciativa do Superior Tribunal Militar e do Presidente da República.
- III.** A ação declaratória de constitucionalidade pode ser proposta pelas mesmas entidades que têm legitimidade para propor a ação direta de inconstitucionalidade.
- IV.** Quando o STF apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, de imediato, o Senado Federal para a suspensão da lei ou ato normativo.

- (A) Somente I e III estão corretas.
- (B) Somente I e IV estão corretas.
- (C) Somente I, II e III estão corretas.
- (D) Somente I, III e IV estão corretas.
- (E) Somente II, III e IV estão corretas.

03. Em relação à Ação Popular e à Ação Civil Pública, analise as afirmativas abaixo e, a seguir, assinale a alternativa correta.

- I.** A ação popular pode ser proposta por qualquer cidadão.
- II.** A ação civil pública não é de competência exclusiva do Ministério Público, mas sua intervenção é obrigatória.
- III.** Na ação popular a intervenção do Ministério Público é facultativa.

- (A) Somente I está correta.
- (B) Somente II está correta.
- (C) Somente I e II estão corretas.
- (D) Somente I e III estão corretas.
- (E) Somente II e III estão corretas.

- 04.** Assinale a característica relacionada ao controle de constitucionalidade dos atos ou tratados internacionais incorporados no ordenamento jurídico nacional.
- (A) O estabelecimento de hierarquia entre as normas ordinárias de direito interno e as decorrentes de atos ou tratados internacionais.
 - (B) Os atos e tratados internacionais por serem incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro necessitam de referendo do STF.
 - (C) Esses atos normativos não estão passíveis de controle difuso e concentrado de constitucionalidade, posto que este controle antecedeu a sua incorporação no ordenamento jurídico brasileiro.
 - (D) A incorporação dos atos e tratados internacionais pelo direito interno situam esta norma no mesmo plano de validade e eficácia das normas complementares.
 - (E) A Constituição Federal estabeleceu que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por 3/5 dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- 05.** Analise as afirmativas sobre Crimes Ambientais e, a seguir, assinale a alternativa correta.
- I.** O Agente da Capitania dos Portos tem competência para lavrar o auto de infração e apreender os animais silvestres capturados e transportados sem autorização do órgão competente.
 - II.** A Capitania dos Portos tem competência para conceder licença ambiental relacionada a projetos que não representem potencial de dano significativo ao meio ambiente.
 - III.** A Capitania dos Portos integra o SISNAMA.
- (A) Somente I está correta.
 - (B) Somente II está correta.
 - (C) Somente I e II estão corretas.
 - (D) Somente I e III estão corretas.
 - (E) Somente II e III estão corretas.
- 06.** Analise as afirmativas sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, colocando entre parênteses a letra **V**, quando se tratar de afirmativa verdadeira, e a letra **F** quando se tratar de afirmativa falsa. A seguir, assinale a alternativa que apresenta a seqüência correta.
- () Os parques nacionais são unidades de conservação que implicam em uma restrição à propriedade particular através da servidão administrativa.
 - () O meio ambiente ecologicamente equilibrado é um bem de domínio útil.
 - () O município tem competência legislativa para qualquer assunto de interesse geral no que tange a política de desenvolvimento urbano.
- (A) V ; V ; V.
 - (B) V ; F ; V.
 - (C) F ; F ; V.
 - (D) F ; V ; F.
 - (E) F ; F ; F.
- 07.** Analise as afirmativas sobre responsabilidade civil e, a seguir, assinale a alternativa correta.
- I.** A regra no direito civil brasileiro, atualmente, é a responsabilidade civil objetiva.
 - II.** A possibilidade do dano moral cumular-se com o dano patrimonial é matéria pacífica no Brasil.
 - III.** A fixação do dano moral não depende da capacidade econômico-financeira do causador do dano.
- (A) Somente I está correta.
 - (B) Somente II está correta.
 - (C) Somente III está correta.
 - (D) Somente II e III estão corretas.
 - (E) Todas as afirmativas estão corretas.

- 08.** Em relação à empresa, analise as afirmativas e, a seguir, assinale a alternativa correta.
- I.** São empresários todos aqueles que se encontram registrados no registro de pessoas jurídicas, exerçam atividades científicas, de cunho intelectual ou econômico, desde que exerçam essas atividades profissionalmente com auxílio de mão-de-obra.
 - II.** Não são empresárias as sociedades que prestem serviços médicos, a menos que a atividade científica prestada tenha virado elemento de empresa.
 - III.** Não são empresárias as cooperativas.
- (A) Somente I está correta.
(B) Somente II está correta.
(C) Somente III está correta.
(D) Somente II e III estão corretas.
(E) Somente I e II estão corretas.
- 09.** Analise as afirmativas sobre prescrição e, a seguir, assinale a alternativa correta.
- I.** Se um processo for extinto, sem julgamento do mérito, por preempção, mesmo que tenha havido citação válida do réu, não será o caso de interrupção de prescrição.
 - II.** A prescrição embora não se confunda com a decadência terá sempre os mesmos efeitos que esta quando relacionada a direitos potestativos.
 - III.** Só a Constituição Federal pode considerar um direito imprescritível.
- (A) Somente I está correta.
(B) Somente II está correta.
(C) Somente I e II estão corretas.
(D) Somente I e III estão corretas.
(E) Somente II e III estão corretas.
- 10.** Em relação à sucessão, analise as afirmativas e, a seguir, assinale a alternativa correta.
- I.** Até que ocorra a partilha, a posse e o domínio sobre os bens deixados por herança será exercida em condomínio universal pelos herdeiros do *de cujus*.
 - II.** A aquisição do patrimônio pelos herdeiros se opera no momento da morte do indivíduo.
 - III.** É legal a doação de bem imóvel por ascendente a um de seus descendentes, desde que isso não caracterize antecipação de legítima.
- (A) Somente II está correta.
(B) Somente I e II estão corretas.
(C) Somente I e III estão corretas.
(D) Somente II e III estão corretas.
(E) Todas as afirmativas estão corretas.
- 11.** Analise as afirmativas sobre licitação e contratação de particulares pelo poder público e, a seguir, assinale a alternativa correta.
- I.** Não poderá haver inexigibilidade de licitação fora dos casos expressamente previstos pela lei, mesmo que devidamente justificada, pois isso feriria o princípio da legalidade.
 - II.** Embora viável a competição, pode haver contratação direta de fornecedor de serviço pela Administração Pública.
 - III.** O instrumento de contrato é requisito indispensável para a legalidade do certame licitatório, sendo caso de nulidade a ausência da minuta como documento anexo ao edital de licitação.
- (A) Somente I está correta.
(B) Somente II está correta.
(C) Somente I e II estão corretas.
(D) Somente II e III estão corretas.
(E) Todas as afirmativas estão corretas.

12. Analise as afirmativas sobre Agências Reguladoras e, a seguir, assinale a alternativa correta.
- I. As agências reguladoras não precisam realizar concurso público para admitir seus funcionários, bastando seleções simplificadas, seguindo o modelo da iniciativa privada.
 - II. Os dirigentes das agências reguladoras não podem ser livremente exonerados embora não prestem concurso para exercerem o cargo.
 - III. As agências reguladoras não são órgãos públicos, têm personalidade jurídica própria e se submetem ao controle do Tribunal de Contas.
- (A) Somente I está correta.
(B) Somente II está correta.
(C) Somente III está correta.
(D) Somente II e III estão corretas.
(E) Todas as afirmativas estão corretas.
13. Analise as afirmativas sobre o Regulamento Disciplinar do Exército e, a seguir, assinale a alternativa correta.
- I. Tem por finalidade especificar as transgressões disciplinares e estabelecer normas relativas a punições disciplinares, comportamento militar das praças, recursos e recompensas.
 - II. Regula também os processos administrativos que visam apurar todas as transgressões nele previstas.
 - III. Não é considerado lei no sentido formal.
- (A) Somente I está correta.
(B) Somente II está correta.
(C) Somente I e II estão corretas.
(D) Somente I e III estão corretas.
(E) Todas as afirmativas estão corretas.
14. Analise as afirmativas sobre o Regulamento Disciplinar do Exército e, a seguir, assinale a alternativa correta.
- I. Transgressão disciplinar é toda ação praticada pelo militar contrária aos preceitos estatuídos no ordenamento jurídico pátrio ofensiva à ética, aos deveres e às obrigações militares, mesmo na sua manifestação elementar e simples, ou, ainda, que afete a honra pessoal, o pundonor militar e o decore da classe, sendo as responsabilidades nas esferas cível, criminal e administrativa independentes entre si, consoante previsto no Regulamento Disciplinar do Exército (RDE).
 - II. O agente que for punido por crime que também se constitua em transgressão disciplinar terá que cumprir a sanção administrativa depois de cumprida a pena.
 - III. Quando em um inquérito policial militar, verificar-se que há o concurso de crime e transgressão disciplinar de mesma natureza deve a autoridade militar competente para aplicar a pena aguardar o pronunciamento da Justiça Militar, para posterior avaliação da questão no âmbito administrativo.
- (A) Somente I está correta.
(B) Somente II está correta.
(C) Somente III está correta.
(D) Somente I e III estão corretas.
(E) Somente II e III estão corretas.
15. Sobre licença ambiental é correto afirmar que:
- (A) somente no curso do empreendimento potencialmente lesivo ao meio ambiente é exigido estudo do impacto ambiental.
 - (B) a concessão de licença ambiental de operação uma vez concedida não pode ser revogada.
 - (C) é ônus do próprio empreendedor os custos com os profissionais encarregados do Estudo de Impacto Ambiental.
 - (D) a escolha dos técnicos encarregados do Estudo de Impacto Ambiental é prerrogativa do órgão público estadual ou federal competente.
 - (E) não pode ser exigido Estudo de Impacto Ambiental depois de iniciada a obra ou atividade.

16. Analise as afirmativas sobre Atos Administrativos e, a seguir, assinale a alternativa correta.
- I. Podemos considerar que imediatamente é eficaz um ato administrativo que completou regularmente todas as suas etapas de formação.
 - II. Pode haver controle judicial do ato administrativo antes dele existir.
 - III. A discricionariedade administrativa é o oposto da legalidade administrativa.
- (A) Somente I está correta.
(B) Somente II está correta.
(C) Somente III está correta.
(D) Somente I e II estão corretas.
(E) Somente II e III estão corretas.
17. Uma policial militar negra, no exercício de sua função, ao abordar um transeunte suspeito, fora chamada por ele de “macaca preta”. Da análise do fato hipotético apresentado, é correto afirmar que:
- (A) a conduta é atípica.
(B) trata-se de crime de desobediência.
(C) trata-se de crime de racismo.
(D) trata-se de crime de desacato.
(E) trata-se de crime de injúria qualificada.
18. Os delitos de condescendência criminosa, corrupção passiva, prevaricação, concussão e peculato apresentam em comum a seguinte circunstância jurídica:
- (A) todos são punidos a título de culpa.
(B) o sujeito ativo dos delitos só pode ser o funcionário público que esteja no exercício de sua função.
(C) o sujeito ativo dos delitos só pode ser funcionário público, que para os efeitos penais é aquele que, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.
(D) todos dizem respeito somente a exigência financeira.
(E) todos estão inseridos no título dos crimes contra a Administração da Justiça.
19. Analise as afirmativas abaixo sobre Medida de Segurança colocando entre parênteses a letra **V**, quando se tratar de afirmativa verdadeira, e a letra **F** quando se tratar de afirmativa falsa. A seguir, assinale a alternativa que apresenta a seqüência correta.
- () As medidas de segurança, por sua natureza preventiva, não se submetem ao princípio da reserva legal preconizado nos art. 5º; inc. XXXIX da Constituição Federal e no art. 1º do Código Penal.
() Constituem requisitos para a aplicação da medida de segurança a prática de fato típico punível, a periculosidade do agente e a ausência de inimputabilidade plena.
() Por se tratar de medida preventiva, caso o agente, no curso do processo demonstre a inimputabilidade plena, aplicar-se-á a medida de segurança em caráter provisório até que seja proferida e transitada em julgado a sentença.
() A norma positivada admite a possibilidade de substituição de pena por medida de segurança, em caráter excepcional, se o condenado for semi-imputável e necessitar de especial tratamento curativo.
- (A) F ; F ; V ; V.
(B) F ; V ; V ; F.
(C) F ; V ; F ; V.
(D) V ; F ; F ; V.
(E) V ; F ; V ; F.
20. Em consonância com o Direito Processual Penal, a ciência dada à parte no processo, da prática de um ato, despacho ou sentença, denomina-se:
- (A) notificação.
(B) despacho.
(C) intimação.
(D) citação.
(E) recurso ordinário.

21. Analise as afirmativas abaixo sobre Prisão e, a seguir, assinale a alternativa correta.
- I. Admite-se a possibilidade de decretação da prisão preventiva se o crime for doloso.
 - II. Ao autuado em flagrante delito ser-lhe-á dada, mediante recibo, dentro de 24 horas depois da prisão, a nota de culpa, analisada pela autoridade, com o motivo da prisão, o nome do condutor e testemunhas.
 - III. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontra serão comunicados, dentro de 24 horas, ao Juiz competente e à família do preso ou pessoa por ele indicada.
 - IV. Não há que se falar em decretação da prisão preventiva do acusado, ainda que presentes os fundamentos necessários para a sua apresentação espontânea à autoridade.
- (A) Somente I e II estão corretas.
(B) Somente I e IV estão corretas.
(C) Somente II e III estão corretas.
(D) Somente III e IV estão corretas.
(E) Somente II, III e IV estão corretas.
22. Analise as afirmativas sobre Prisão e Inquérito Policial e, a seguir, assinale a alternativa correta.
- I. De acordo com o entendimento do STF, a decisão que determina o arquivamento de Inquérito Policial, a pedido do Ministério Público, impede a instauração de Ação Penal, exceto se surgirem provas substancialmente inovadoras.
 - II. Considerando o caráter excepcional da prisão temporária, dispensa-se a motivação da decisão que a decreta.
 - III. O pedido de desaforamento só é admissível nos julgamentos de réu pronunciado, devendo ser formulado, portanto, após o trânsito em julgado da sentença de pronúncia, a qualquer tempo, desde que não iniciado o julgamento do foro de origem.
 - IV. A Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha) alterou o Código de Processo Penal ao inserir como uma das condições de admissibilidade para a decretação da prisão preventiva, o crime que envolver violência doméstica ou familiar contra a mulher, nos termos da lei específica, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.
- (A) Somente II e III estão corretas.
(B) Somente II, III e IV estão corretas.
(C) Somente I, III e IV estão corretas.
(D) Somente I, II e III estão corretas.
(E) Todas as afirmativas estão corretas.
23. Conforme preceitua o Código Penal Militar, aos crimes praticados em tempo de guerra, via de regra, aplicam-se:
- (A) as penas cominadas para o tempo de paz, com o aumento de 1/3 (um terço).
 - (B) as penas cominadas para o tempo de paz, com o aumento de 1/2 (um meio).
 - (C) as penas cominadas para o tempo de paz com o aumento de 2/3 (dois terços).
 - (D) o dobro das penas cominadas para o tempo de paz.
 - (E) as mesmas penas cominadas para o tempo de paz com aplicação de circunstâncias agravantes que variam de 1 a 2/3 (dois terços), se praticados por militares.
24. Analise as afirmativas sobre Pena e Medida de Segurança e, a seguir, assinale a alternativa correta.
- I. Conforme preceitua o Código Penal Militar, não há que se falar em suspensão condicional da pena do condenado por crime cometido em tempo de guerra.
 - II. A exclusão do militar das forças armadas é uma pena principal.
 - III. A cassação de licença para direção de veículos motorizados, o exílio local e a proibição de freqüentar determinados lugares, constituem medidas de segurança pessoais e não detentivas.
 - IV. O militar convocado que deixar de se apresentar à incorporação, dentro do prazo que lhe foi marcado, ou, apresentando-se antes do ato oficial de incorporação comete delito de deserção, cuja a pena e privativa de liberdade por tempo superior a 2 (dois) anos, importando a perda das condecorações.
- (A) Somente I e II estão corretas.
(B) Somente I e III estão corretas.
(C) Somente I e IV estão corretas.
(D) Somente II e IV estão corretas.
(E) Somente III e IV estão corretas.

25. Segundo o Direito Penal Militar, o menor de 18 anos, civil, que pratica conduta tipificada como crime militar submete-se ao:
- (A) Estatuto dos Militares.
 - (B) Código Penal Comum.
 - (C) Código Penal Militar.
 - (D) Estatuto da Criança e do Adolescente.
 - (E) Regulamentos Disciplinares das Forças Armadas.
26. A praça condenada à pena privativa de liberdade, por tempo superior a dois anos, será:
- (A) excluída das Forças Armadas.
 - (B) reformada.
 - (C) transferida para reserva remunerada.
 - (D) aposentada.
 - (E) licenciada a bem da disciplina.
27. Assinale a alternativa correta em relação aos prazos prescricionais de execução das penas acessórias.
- (A) Ocorrem no mesmo tempo da pena principal.
 - (B) Correspondem à metade do tempo previsto na pena principal.
 - (C) Ocorrem em um ano.
 - (D) São imprescritíveis.
 - (E) Ocorrem em dois anos.
28. Em relação às licitações e contratos, analise as afirmativas e, a seguir, assinale a alternativa correta.
- (A) Não precisa de prévia e expressa previsão a alteração unilateral do contrato administrativo.
 - (B) Não é necessário restabelecer equilíbrio econômico financeiro quando houver alteração do objeto contratado pela Administração.
 - (C) Empresas estrangeiras que não funcionam no país podem participar de licitação sem nenhuma exigência específica.
 - (D) Os contratos administrativos serão sempre regidos pelo direito público quando celebrados pela União.
 - (E) A licitação deverá ser dispensada quando o objeto a ser contratado for considerado de baixo valor.
29. Analise as afirmativas abaixo relativas aos processos ordinário e especial previstos no Código Penal Militar e, a seguir, assinale a alternativa correta.
- I. No processo ordinário, as sessões e os atos processuais realizar-se-ão na Sede da Auditoria, não se admitindo a possibilidade de execução destes atos em outro local.
 - II. O oficial processado ou sujeito a inquérito policial militar não poderá ser transferido para a reserva, salvo se atingir a idade limite de permanência no serviço ativo.
 - III. O oficial acusado de infração penal será, de imediato, dispensado do exercício das funções ou do serviço militar, garantindo-lhe, desta forma, o princípio constitucional da ampla defesa.
 - IV. Nos processos de deserção e insubmissão, caso o acusado seja absolvido, o juiz-auditor providenciará, sem demora, para que seja posto em liberdade, mediante alvará de soltura, se por outro motivo não estiver preso.
- (A) Somente I e II estão corretas.
 - (B) Somente I e IV estão corretas.
 - (C) Somente I e III estão corretas.
 - (D) Somente II e III estão corretas.
 - (E) Somente II e IV estão corretas.
30. Em relação a competência do IBAMA para conceder licença ambiental é correto afirmar que ela:
- (A) é plena.
 - (B) é supletiva.
 - (C) é privativa.
 - (D) não tem competência para conceder licença ambiental.
 - (E) é indicativa.

31. Analise as afirmativas em relação a competência do foro militar, colocando entre parênteses a letra **V**, quando se tratar de afirmativa verdadeira, e a letra **F** quando se tratar de afirmativa falsa. A seguir, assinale a alternativa que apresenta a seqüência correta.
- () De modo geral a competência do foro militar será determinada por indicação em sorteio.
- () De modo geral a competência do foro militar será determinada pela sede do lugar de serviço.
- () De modo geral a competência do foro militar será determinada pelo lugar da infração.
- () De modo geral a competência do foro militar será determinada pelo domicílio do acusado.
- () De modo geral a competência do foro militar será determinada pela prevenção.
- (A) V ; V ; V ; F ; F.
- (B) F ; F ; V ; F ; F.
- (C) F ; F ; V ; V ; F.
- (D) F ; F ; V ; F ; V.
- (E) V ; F ; V ; F ; F.
32. O insubmisso que se apresentar ou for capturado terá o direito ao quartel por menagem e será submetido à inspeção de saúde. Se for julgado incapaz na inspeção de saúde o insubmisso:
- (A) não ficará isento do processo, nem ficará isento de inclusão no serviço militar.
- (B) ficará isento do processo, mas fica sujeito à inclusão no serviço militar.
- (C) ficará isento do processo e da inclusão no serviço militar.
- (D) ficará na condição de refratário.
- (E) terá suspensa temporariamente sua inclusão no serviço militar.
33. De acordo com o CPPM o prazo para a conclusão de Inquérito Policial Militar, em tempo de paz e em tempo de guerra, é respectivamente de:
- (A) 40 dias e 5 dias.
- (B) 20 dias e 3 dias.
- (C) 30 dias e 15 dias.
- (D) 50 dias e 10 dias.
- (E) 40 dias e 20 dias.
34. Nos contratos de duração indeterminada, constitui modalidade de interrupção contratual o(a):
- (A) extinção do estabelecimento.
- (B) afastamento previdenciário do obreiro das suas atividades laborativas após quinze dias.
- (C) afastamento previdenciário do obreiro das suas atividades laborativas após dez dias.
- (D) afastamento do obreiro das suas atividades laborativas até vinte dias.
- (E) afastamento do obreiro das suas atividades laborativas até quinze dias.
35. O servidor ou o militar que venha a exercer, concomitantemente, uma ou mais atividades abrangidas pelo Regime Geral de Previdência Social:
- (A) torna-se segurado facultativo.
- (B) torna-se segurado obrigatório com relação a essas atividades.
- (C) é segurado especial.
- (D) torna-se segurado obrigatório em relação a apenas uma das atividades.
- (E) torna-se segurado obrigatório em relação à atividade mais lucrativa e facultativo em relação à outra atividade.
36. Em consonância com a jurisprudência sumulada do TST, a contribuição para o FGTS:
- (A) incide sobre a remuneração mensal devida ao empregado, excluindo horas extras e adicionais eventuais.
- (B) incide sobre a remuneração mensal devida ao empregado, excluindo a gratificação natalina.
- (C) incide sobre a remuneração mensal devida ao empregado e ao servidor público, incluindo horas extras e adicionais eventuais.
- (D) incide sobre a remuneração mensal devida ao empregado, incluindo horas extras e excluindo os adicionais eventuais e o acréscimo de 1/3 constitucional pago nas férias.
- (E) incide sobre a remuneração mensal devida ao empregado, incluindo horas extras e adicionais eventuais.

37. Os créditos previdenciários oriundos de decisão proferida pelos juízes de tribunais do trabalho, resultantes de condenação ou homologação de acordo:
- (A) são comunicados ao INSS que, por sua vez, providencia a apuração desse crédito, sua inscrição como débito de contribuinte e sua cobrança no âmbito administrativo.
 - (B) são comunicados ao INSS que, por sua vez, providencia a apuração desse crédito, sua inscrição como débito de contribuinte e sua cobrança no âmbito administrativo e a propositura da ação judicial pertinente.
 - (C) são executados ex-offício pelo juiz que procederá a intimação ao INSS, por intermédio do órgão competente para a manifestação no prazo de dez dias, sob pena de reclusão.
 - (D) constituem títulos executivos cuja cobrança demanda manifestação do INSS.
 - (E) não são títulos executivos, todavia, cabe ao juiz intimar o INSS por intermédio do órgão competente, para que, no prazo de dez dias promova a liquidação das contribuições previdenciárias e, a posteriori, promova a execução.
38. De acordo com a Emenda Constitucional nº 45 do ordenamento constitucional pátrio que estabeleceu a reforma do Judiciário em relação ao dissídio coletivo, assinale a alternativa correta.
- (A) A aludida emenda alterou o parágrafo 1º do art. 114 da Constituição Federal do Brasil de 1988 ao extinguir a possibilidade da arbitragem como meio de solução do conflito coletivo de trabalho.
 - (B) A Emenda Constitucional nº 45 alterou diversos aspectos da competência da Justiça do Trabalho, dentre elas, extinguiu o poder normativo outrora conferido à Justiça do Trabalho.
 - (C) De acordo com a nova configuração do dissídio coletivo de natureza econômica, apenas será possível a intervenção estatal para o conflito coletivo de trabalho se existir a vontade de ambas as partes envolvidas, inclusive o de mandado.
 - (D) Malgrado a Emenda Constitucional nº 45 tenha propiciado algumas inovações no âmbito do dissídio coletivo de natureza econômica, para o seu ajuizamento não há necessidade da existência de comum acordo.
 - (E) A Emenda Constitucional nº 45 tornou facultativa às partes a existência de negociação coletiva frustrada para a instauração do dissídio coletivo de natureza econômica.
39. Quem tem legitimidade para recorrer das decisões em dissídio coletivo que afete empresa de serviço público?
- (A) Os interessados, o Presidente do Tribunal e a Procuradoria da Justiça do Trabalho.
 - (B) Apenas os interessados devidamente representados por seus advogados.
 - (C) Os interessados e a Procuradoria da Justiça do Trabalho.
 - (D) Os interessados, o Presidente do Tribunal, a Procuradoria da Justiça do Trabalho e o Juiz de Direito.
 - (E) Os interessados, o Juiz de Trabalho de primeira instância, o Presidente do Tribunal e a Procuradoria da Justiça do Trabalho.
40. Analise as afirmativas sobre Execução, Recurso e Prazo e, a seguir, assinale a alternativa correta.
- I. Na execução trabalhista não há inversão do princípio do menor sacrifício oneroso para o executado. Todavia, em face da natureza da dívida e da condição econômica do empregado, este princípio poderá ser desconsiderado.
 - II. No processo trabalhista, o recurso de agravo de instrumento é sempre cabível para impugnar decisões interlocutórias não terminativas.
 - III. No processo trabalhista, os sindicatos têm legitimidade para representar a sua categoria.
 - IV. O prazo para recurso da parte que, intimada, não compareceu à audiência em prosseguimento para a prolação da sentença, consta-se da sua publicação.
- (A) Somente II e III estão corretas.
 - (B) Somente II e IV estão corretas.
 - (C) Somente II, III e IV estão corretas.
 - (D) Somente I, III e IV estão corretas.
 - (E) Todas as afirmativas estão corretas.

41. De acordo com a jurisprudência sumulada do STF pertinente à contribuição confederativa é correto afirmar que:
- (A) é exigível dos filiados ao sindicato respectivo.
 - (B) é devida pelos trabalhadores sindicalizados ou não.
 - (C) o STF estende à confederação a prerrogativa conferida aos sindicatos de impor contribuições a todos aqueles que participam da categoria econômica ou profissional ou das profissões liberais representadas.
 - (D) é exigível dos filiados e dos não filiados ao sindicato, cujo desconto será feito anualmente numa única vez, juntamente com o imposto sindical.
 - (E) o STF declarou a inconstitucionalidade do recolhimento da contribuição confederativa e ainda considerou inválido o seu recolhimento para qualquer trabalhador.
42. Analise as afirmativas pertinentes aos tributos e isenção tributária e, a seguir, assinale a alternativa correta.
- I. A União poderá, mediante lei complementar, instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.
 - II. A União poderá por meio de lei complementar, instituir isenções de tributos na competência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - III. Impostos, taxas e contribuições de melhoria são tributos atribuídos à competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - IV. A instituição de impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações, ainda que estas operações e prestações se iniciem no exterior, compete à União.
- (A) Somente I e III estão corretas.
 - (B) Somente II e IV estão corretas.
 - (C) Somente III e IV estão corretas.
 - (D) Somente I, II e IV estão corretas.
 - (E) Somente I, III e IV estão corretas.
43. Em relação aos privilégios do crédito tributário, na falência, o Código Tributário estabelece que:
- (A) o concurso de preferência somente se verifica entre pessoas jurídicas de direito público, na seguinte ordem: União, Estados, Distrito Federal e Territórios, conjuntamente e pro rata, Municípios, conjuntamente e pro rata.
 - (B) o crédito tributário prefere aos créditos extraconcursais ou às importâncias passíveis de restituição.
 - (C) o crédito tributário prefere aos créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente do trabalho, sem restrições.
 - (D) admite-se a alienação ou oneração de bens ou rendas por sujeito passivo em débito com a fazenda pública por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa.
 - (E) o crédito tributário prefere aos créditos com a garantia real, no limite do valor do bem garantido.
44. GAMA DELTA é empregado da empresa EME LTDA, eleito para cargo de direção do sindicato da categoria profissional desde 02 de março de 2005, sendo o seu registro para a aludida candidatura feito no dia 02 de fevereiro do mesmo ano. No dia 02 de março de 2006, durante greve deflagrada na empregadora, GAMA agrediu fisicamente seu superior hierárquico e ainda depredou parte das dependências físicas da empresa, sendo o fato devidamente apurado mediante ação judicial de Inquérito. Da análise do caso hipotético alhures, é correto afirmar que:
- (A) malgrado o empregado tenha cometido falta grave, não poderá ser demitido por justa causa, posto que se encontra sob a mácula da estabilidade provisória.
 - (B) a conduta praticada pelo empregado constitui falta grave, motivo pelo qual é facultada à empresa resiliir o contrato de trabalho por justa causa.
 - (C) não há que se falar mais na existência da estabilidade provisória a ser conferida ao empregado, motivo pelo qual o empregador poderá exercer o seu poder resilitório sem justa causa.
 - (D) embora o empregado não esteja sob a mácula da estabilidade provisória, por ser um ativista, poderá argüir a extensão da estabilidade provisória. Por isso, caso seja demitido, poderá solicitar, pela via judicial, ser reintegrado ao emprego com direito ao pagamento de indenização desde a data em que fora demitido.
 - (E) inexistente vínculo entre a estabilidade provisória e a falta grave. Assim, ainda que o empregado esteja sob a mácula da estabilidade provisória, é facultado ao empregador resiliir o contrato de trabalho, independente da incidência de falta grave, desde que devidamente motivado.

45. No processo penal militar, o condenado a pena de reclusão ou detenção por tempo igual ou superior a dois anos pode ser liberado condicionalmente, desde que se:
- (A) primário, tenha cumprido dois terços da pena.
 - (B) reincidente, tenha cumprido metade da pena.
 - (C) primário, tenha cumprido metade da pena.
 - (D) primário, tenha cumprido um sexto da pena.
 - (E) reincidente, tenha cumprido dois terços da pena.
46. Diante da existência de normas intertemporais em conflito oriundas do acordo e da convenção coletiva do trabalho, o que deve prevalecer?
- (A) A CLT é expressa em relação à presente matéria, ao estipular a preponderância da convenção sobre o acordo, quando as normas nela contidas forem mais favoráveis.
 - (B) As normas contidas no acordo, por serem especiais, devem prevalecer sobre as contidas na convenção coletiva do trabalho.
 - (C) Malgrado a norma justrabalhista seja omissa, supõe-se que, no caso do direito do trabalho, há que preponderar o contido na convenção coletiva do trabalho, atendendo-se, desta forma, ao princípio da norma favorável.
 - (D) A CLT é expressa em relação à presente matéria, ao estipular sempre a preponderância da convenção sobre o acordo, em qualquer hipótese, valorizando assim, os diplomas negociais mais amplos pelo suposto de que contêm maiores garantias trabalhistas.
 - (E) Embora a CLT seja omissa, a matéria é pacificada em sede de jurisprudência do TST que estabelece não haver preponderância entre as normas contidas no acordo e na convenção coletiva do trabalho e, com fulcro no princípio da liberdade sindical, caberá ao ente sindical decidir qual a norma que terá eficácia.
47. Analise as afirmativas sobre os juizados especiais federais cíveis, colocando entre parênteses a letra **V**, quando se tratar de afirmativa verdadeira, e a letra **F** quando se tratar de afirmativa falsa. A seguir, assinale a alternativa que apresenta a seqüência correta.
- () Têm mesmo regime jurídico dos juizados estaduais, tendo mesma alçada, e mesmos legitimados ativos e passivos.
 - () Sua competência é relativa para as causas cujo valor esteja compreendido pela regra legal.
 - () As ações previdenciárias serão sempre de competência dos juizados, independentemente de seu valor, nos casos em que a parte se declarar pobre.
- (A) V ; F ; F.
 - (B) F ; F ; V.
 - (C) V ; F ; V.
 - (D) F ; V ; V.
 - (E) F ; F ; F.
48. Analise as afirmativas sobre Mandado de Segurança e, a seguir, assinale a alternativa correta.
- I. É ação de rito sumário que exige condições específicas para sua validade.
 - II. Não admite litisconsórcio passivo.
 - III. Tem natureza jurídica híbrida, podendo ser considerada ação ou recurso.
- (A) Somente I está correta.
 - (B) Somente II está correta.
 - (C) Somente I e II estão corretas.
 - (D) Somente I e III estão corretas.
 - (E) Todas as afirmativas estão corretas.

49. Em relação à prova no Processo Penal, todas as afirmativas estão corretas, exceto:

- (A) o Juiz pode determinar, à revelia das partes, a reprodução de provas e colher as que sejam úteis à instrução.
- (B) a quebra do sigilo bancário, sem autorização judicial, constitui prova ilícita ainda que o réu, corroborando as informações prestadas pela instituição bancária, utilize-se para sustentar sua defesa.
- (C) não é ilícita a prova resultante de gravação de conversa telefônica realizada por um dos interlocutores, se a ela são anexados outros elementos probatórios.
- (D) a regra do direito americano revelada pela expressão “fruits of the poisonous tree” (frutos da árvore envenenada), vigora no ordenamento jurídico pátrio, na falta de regulamentação específica, conforme entendimento do STF.
- (E) independem de provas os fatos notórios, presumidos e os axiocráticos.

50. Sobre o pregão assinale a alternativa incorreta.

- (A) podem ser realizados nos municípios e estados.
- (B) na esfera Federal a modalidade eletrônica é subsidiária ao pregão presencial.
- (C) não pode ser realizado para contratação de obras de grande complexidade.
- (D) pode ser realizado para registro de preços.
- (E) é modalidade de licitação que admite ampla concorrência.

2ª QUESTÃO

DÊ O QUE SE PEDE

1,000 ponto distribuído em 1 item

RESPONDA NO CADERNO DE RESPOSTAS ANEXO.

Sobre os terrenos de marinha, responda as indagações que se seguem.

1. A quem pertencem?
2. São bens de que espécie?
3. Podem ter seu uso transferido para terceiros? A que título?
4. Por que se denominam terrenos “de marinha”?
5. Qual a diferença entre os terrenos de marinha e as faixas de fronteira?

FINAL DA PROVA

GABARITO DA PROVA DE DIREITO

SOLUÇÃO DA 1ª QUESTÃO:

01-	ANULADO				
02-	A	B	C	D	E
03-	A	B	C	D	E
04-	A	B	C	D	E
05-	A	B	C	D	E
06-	A	B	C	D	E
07-	A	B	C	D	E
08-	A	B	C	D	E
09-	A	B	C	D	E
10-	A	B	C	D	E
11-	A	B	C	D	E
12-	A	B	C	D	E
13-	A	B	C	D	E
14-	A	B	C	D	E
15-	A	B	C	D	E
16-	A	B	C	D	E
17-	A	B	C	D	E
18-	A	B	C	D	E
19-	ANULADO				
20-	A	B	C	D	E
21-	ANULADO				
22-	A	B	C	D	E
23-	A	B	C	D	E
24-	A	B	C	D	E
25-	A	B	C	D	E

26-	A	B	C	D	E
27-	A	B	C	D	E
28-	A	B	C	D	E
29-	A	B	C	D	E
30-	A	B	C	D	E
31-	ANULADO				
32-	A	B	C	D	E
33-	A	B	C	D	E
34-	A	B	C	D	E
35-	A	B	C	D	E
36-	A	B	C	D	E
37-	ANULADO				
38-	A	B	C	D	E
39-	A	B	C	D	E
40-	ANULADO				
41-	A	B	C	D	E
42-	A	B	C	D	E
43-	A	B	C	D	E
44-	A	B	C	D	E
45-	A	B	C	D	E
46-	A	B	C	D	E
47-	A	B	C	D	E
48-	A	B	C	D	E
49-	ANULADO				
50-	A	B	C	D	E

SOLUÇÃO DA 2ª QUESTÃO:

- 1 - (0,2) Os terrenos de marinha são bens públicos da União, integrados por todos aqueles que sofrem influência das marés, ✓ incluindo os terrenos banhados pelas águas dos rios navegáveis, em sua foz. Compreendem os terrenos que distam 33 metros da preamar média para a parte das terras. ✓
- 2 - (0,2) São bens públicos classificados como bens dominiais por pertencerem ao patrimônio disponível da União, ✓ comportando uma função patrimonial, pois podem se destinar a assegurar rendas para o Estado, embora no caso específico dos terrenos de marinha, exista uma motivação própria para a sua reserva dominial. ✓
- 3 - (0,2) Em razão de não estarem, em regra, afetados a qualquer serviço público, podem ter sua utilização transferida para particulares, ✓ com exclusividade e a título oneroso, preferencialmente por ocupação ou por aforamento, institutos regulamentados pelo direito público. ✓
- 4 – (0,2) A denominação “terrenos de marinha” deriva justamente da influência das marés, ✓ que é a justificativa para adoção do marco – 33 (trinta e três) metros, para o interior, contados a partir da preamar média - o que sugere área de vulnerabilidade para o País nos ataques por mar. A justificativa para a reserva dominial dessas terras é exclusivamente a segurança nacional. ✓
- 5 – (0,2) Já as faixas de fronteira, embora visem, igualmente, à defesa nacional, ✓ compreendem o espaço de terra paralelo à linha divisória do território pátrio e têm largura de cento e cinquenta quilômetros. Nessa faixa, as alienações e construções sofrem restrições impostas pelos regulamentos militares e leis de defesa do Estado, contudo, de acordo com a Constituição Federal de 1988, somente as terras devolutas compreendidas nessa faixa, indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacional, são de domínio da União. ✓

XXXXXXXXXX-----XXXXXXXXXX